

## **II ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**

### **VII ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO DISTRITO DA GUARDA**

#### **CONCLUSÕES DO 1.º PAINEL – FUTURO DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL**

Das intervenções dos oradores convidados José António Sérgio Ribeiro, Presidente da Direcção da Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda e Dr. João Prata, Delegado Regional do IPJ na Guarda e das intervenções dos participantes concluiu-se:

1 - O reconhecimento no edifício legislativo português da preocupação em definir, balizar e reconhecer o papel do associativismo em geral e, nas últimas décadas, do associativismo juvenil;

2 - O valor do associativismo na aprendizagem da cidadania, dos valores humanos e da iniciação das práticas juvenis com responsabilidade;

3 - Que o espaço e o agir do associativismo juvenil como um espaço e processo de partilha de ideias, um parceiro no desenvolvimento local quer com capacidades criativas de novas actividades geradores de novos recursos, quer como geradoras de riqueza directa;

4 - Serem problemas actuais do associativismo juvenil a regulamentação da lei 6/2002; o enquadramento dos ex-dirigentes com mais de 30 anos em comunidades pouco populosas como são a maioria das do Interior despovoado; o estatuto do dirigente associativo; o acesso ao direito de antena, ao mecenato, à utilidade pública.

5 - Que as interacções com o Instituto Português da Juventude em 2003 ficaram abaixo das expectativas, especialmente nos apoios financeiros, menores e disponibilizados com muito atraso; com a extinção de programas destinados à mobilidade e intercâmbio juvenil e pelo exíguo apoio técnico prestado às associações;

6 - Sobre o associativismo juvenil distrital, foi reconhecido o papel dinamizador da Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda; que as associações juvenis do Distrito, apesar dos poucos recursos, fazem actividades; apontou-se a necessidade de o movimento associativo procurar dar uma maior visibilidade às suas actividades junto da comunicação social e das instituições locais e nacionais; foi questionada a Secretaria de Estado da Juventude sobre o papel que está perspectivado para as Federações Regionais.

7 - O futuro do associativismo juvenil passa pelo presente para os jovens no seu acesso à informação, à vida saudável, à não exclusão social, ao desporto e tempos livres, à habitação, à cultura, à formação e participação cívica, à educação, à ciência e novas tecnologias, ao trabalho.

8 - Ficou ainda decidido que o VII Encontro Distrital de Associações Juvenis será organizado pela Associação Cultural e Juvenil de Ribeirinha de Trancoso.

# ASSOCIATIVISMO EM ENCONTRO

04 OUTUBRO 2003

LAGEOSA DO MONDEGO

*RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO 2º PAINEL*

*“ANIMAÇÃO NAS ASSOCIAÇÕES”*

Correndo o risco de hiper-simplificar as ideias de força que foram surgindo neste 2º painel (as minhas desculpas aos oradores e a todos os intervenientes), cabe-me destacar as seguintes conclusões:

1. As Associações devem conhecer bem a sua realidade (própria e local) para que possam constituir-se como um pólo de desenvolvimento, devendo fomentar o envolvimento da população da sua área geográfica, seus parceiros privilegiados;
2. Após a constituição das Associações, coloca-se o problema das fontes de financiamento, já que grande número destas Associações vivem de subsídios acordados com o estado, de contribuições de mecenato, etc. Desta forma, importa que as Associações se abram ao público por forma a obter outras fontes de financiamento para as suas actividades (refeitórios, lavandarias, piscinas etc.);
3. Como fontes de financiamento a futuros projectos ficou a ideia de que se pode recorrer a verbas nacionais e comunitárias (até 2006), estando disponível na Internet várias informações a este respeito;
4. Da relação Estado/Associações, considerado um *ponto quente*, ficou a ideia de que:
  - Dado possuírem um melhor conhecimento da realidade local, as IPSS são um parceiro privilegiado do Estado;
  - Foi reivindicada a necessidade de regulamentar a Lei n.º 71/98, Base e Enquadramento Jurídico do Voluntariado. Sendo o voluntariado uma das mais belas manifestações da solidariedade humana, é necessário o seu reconhecimento, quer na teoria (Lei n.º 78/98) quer na prática, como elemento dinamizador da Comunidade, tendo sido colocada a hipótese, por um dos oradores, da concessão de benefícios fiscais a quem o pratica.

5. Se tivermos bons voluntários, não faltará a animação nas Associações. Para a prossecução deste objectivo, e a título de exemplo, estes podem lançar mão de;
- Actividades de Dinâmica de Grupos;
  - Jogos pedagógicos;
  - Criação de Boletins Informativos;
  - Promoção de intercâmbios;
  - Realização de Actividade de Expressão Plástica.
6. Constatou-se que as Associações têm, progressivamente, aprendido a candidatar-se; sublinhou-se a ideia que as Câmaras Municipais dispõem de um gabinete e de pessoal preparado para prestar ajuda a quem a solicitar;
7. Foi lançado, pelo Sr. Delegado do Instituto do Desporto de Portugal, um desafio às Entidades e Parceiros que o queiram abraçar. Este consiste no Programa *MEXA-SE – não fique parado pela sua saúde*. Este é um Programa transversal (envolve o Min. da Saúde, Segurança Social, Câmaras Municipais, Colectividades, clubes, etc.) que se encontra inserido na prioridade estratégica de Promoção da Saúde Pública; pretende implementar a aposta na prevenção, mediante a realização de eventos desportivos, visando desta forma contribuir para eliminar os custos financeiros e sociais do sedentarismo.

Enquanto moderador, acrescentaria às conclusões deste painel que entendo que o associativismo pode constituir-se como uma forma privilegiada de os jovens mostrarem aquilo que são capazes de fazer, devendo por isso ser estabelecidos e/ou reforçados laços de cooperação entre o Estado e as Associações.

Como nota final gostaria de, agradecer o amável convite que me foi dirigido para moderar o 2º painel deste Encontro, bem como felicitar todos os envolvidos na sua organização e desejar, desde já, os maiores êxitos para futuras realizações desta Iniciativa.

Guarda, 04 de Novembro de 2003

Rui Correia

## RESUMO DO 3º PAINEL

### *“Pensar Segurança”*

Portugal não pode ficar indiferente perante o actual quadro de insegurança que se vive a nível mundial, cuja participação nas organizações internacionais, aliada ao fenómeno da globalização situa os nossos objectivos de segurança nas diversas regiões do planeta e impõe uma nova caracterização das fronteiras que temos de defender e dos cenários de intervenção onde o interesse nacional possa ser posto em causa.

Este novo desafio de dimensão global exige uma postura assente em múltiplos vectores, nomeadamente políticos, militares, de segurança, económicos e culturais, e para cuja resposta a consistência de atitudes, de opiniões e de reacções é imperiosa.

No plano interno torna-se também inadiável a implementação de uma nova cultura e estratégia de segurança, tendo em conta que nos últimos anos se tem assistido a acontecimentos que revelam um evidente enfraquecimento da autoridade do Estado, a par do aumento da intranquilidade pública e até a uma certa banalização da desobediência civil, destacando-se os protestos não autorizados, o bloqueio das vias públicas e os boicotes eleitorais.

É do senso comum que se tornou urgente recolocar a segurança de pessoas e bens no seu lugar próprio, enquanto valor essencial de uma sociedade democrática e factor imprescindível para o desenvolvimento social e económico do País.

No que respeita às Forças e Serviços de Segurança importa definir, num quadro de um combate nacional contra a criminalidade, uma mais eficaz articulação entre as mesmas, ajustando-as às realidades actuais através de uma melhor clarificação dos seus estatutos, dotando-as dos meios humanos e materiais necessários ao cumprimento das suas missões.

Contudo o ónus e a responsabilidade de garantir a segurança dos seus cidadãos não podem ser apenas do próprio Estado, sendo também um direito e um dever de cada cidadão.

Daí que seja impreterível instituir ligações sólidas e institucionais das Forças e Serviços de Segurança e dos seus agentes à sociedade civil, sejam elas de natureza pública ou privada, através de encontros conjuntos e contactos permanentes.

Hoje reconhece-se que tem que se conferir à segurança uma nova dimensão – a dimensão da interacção social – que passa a fazer interagir cada vez mais polícia e comunidade, mediante modelos de actuação que unam esforços, recursos e acções. *“ A segurança é um trabalho de todos ”*

Tendo em conta a nova estratégia de segurança, nos dias de hoje, à responsabilidade primária do Estado na garantia do exercício seguro e tranquilo dos direitos dos cidadãos, desenvolvida através das Forças e Serviços de Segurança, acrescem ainda como novas dimensões da segurança:

- o desenvolver formas de cooperação da sociedade com as polícias;
- a construção de uma nova relação de confiança entre os agentes de autoridade e os cidadãos;
- aprofundar uma cultura de segurança, sobretudo aos níveis da prevenção e da educação para a segurança;
- o promover uma cultura de compreensão sociocultural e de diálogo intercultural, de aprofundamento dos direitos das minorias e de integração social de todos os cidadãos, respeitando o princípio da igualdade e da dignidade;

Este envolvimento social passa obrigatoriamente pelos órgãos de comunicação social tendo em conta a acentuada componente psicológica que o sentimento de segurança dos cidadãos e das comunidades - *seguridade* - tem na sociedade de informação em que vivemos.

Não se pretendendo que a comunicação social um meio ao serviço da segurança, é legítimo esperar, contudo, que faça algo para isso ou, no mínimo, que evite fazer o contrário, pois a especulação alarmista aumenta o sentimento de insegurança.

Criar hábitos no ser humano está subjacente a um processo de formação, que jamais poderia estar limitado a conceitos teóricos vertidos em manuais, sem envolver a troca de experiências directas entre os cidadãos o que torna o processo de aprendizagem numa necessidade de interacção entre adultos e jovens e entre instituições estatais e sociedade civil.

Lembrar que cada gesto, cada atitude ou acção do ser humano é uma potencial causa de acidente, leva-nos a conceber que a segurança tem que estar sempre presente na nossa vida. Basta lembrarmos a quantidade de acidentes rodoviários que ocorrem provocados por gestos irreflectidos e irresponsáveis como o acender de um cigarro, marcar um número de telefone, escolher uma estação de rádio enquanto se conduz.

Todos devemos ter a consciência do risco e por obrigação contribuir para a segurança, quer individual, quer colectiva, da sociedade em que vivemos.